

Sumário Executivo de Medida Provisória

Medida Provisória nº 1.280, de 2024.

Publicação: DOU de 24 de dezembro de 2024.

Ementa: Prorroga o prazo para utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica – Recine, constante da Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018, e os benefícios fiscais previstos no art. 44 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e nos art. 1º e art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993.

Resumo das Disposições

A Medida Provisória (MPV) nº 1.280, de 24 de dezembro de 2024, visa, em termos gerais, prorrogar o prazo de vigência de mecanismos de fomento ao setor audiovisual e aumentar o limite de aporte de recursos para os artigos 1º, 1º-A, 3º e 3º-A da Lei do Audiovisual.

São três as alterações legislativas realizadas pela MPV.

A primeira consiste em prorrogar até **31 de dezembro de 2029** o prazo de vigência para utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica – Recine, de que trata o art. 1º da Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018. Destaque-se que a MPV estabeleceu que, para os anos de 2018 a 2029, este benefício fica limitado aos valores previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais.

Em segundo lugar, a MPV altera o art. 44 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para estabelecer que, até o período de apuração relativo ao ano-calendário de 2029, as pessoas físicas e jurídicas tributadas pelo lucro real

poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias aplicadas na aquisição de cotas dos Funcines.

Quanto à Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, a MPV realiza duas alterações: *i)* altera os arts. 1º e 1º-A da Lei para estender até o ano calendário de 2029 o benefício que permite deduzir do imposto de renda devido as quantias investidas na produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, mediante a aquisição de quotas representativas dos direitos de comercialização das referidas obras, desde que esses investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pela Agência Nacional do Cinema – Ancine; e *ii)* aumenta o limites do aporte de recursos objeto dos incentivos previstos nos arts. 1º e 1º-A, que, somados, é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e, para os incentivos previstos nos arts. 3º e 3º-A, que, somados, são de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), podendo esses limites ser utilizados concomitantemente.

A **relevância e a urgência** da MPV nº 1.280, de 2024, são justificadas pelo Poder Executivo, conforme a Exposição de Motivos Interministerial nº 00027/2024, do Ministério da Fazenda e do Ministério da Cultura, que acompanha o texto da medida provisória, em função do iminente término de vigência dos mecanismos de incentivo fiscal em questão e da necessidade de se garantir a continuidade imediata dos mecanismos de fomento e de desoneração fiscal, assegurando a manutenção dos benefícios econômicos e culturais alcançados, além do fortalecimento de uma política pública que promove a diversidade, a identidade nacional e o desenvolvimento da economia criativa.



Por fim, quanto aos **aspectos orçamentários-financeiros**, ainda segundo a Exposição de Motivos, a redução de receitas foi estimada em R\$ 300 milhões para 2025, R\$ 802,87 milhões para 2026 e R\$ 848,76 milhões para 2027.

Brasília, 6 de janeiro de 2025

Ismael Noronha de Castro

Consultor Legislativo

Yves Finzetto

Consultor Legislativo